

Está faltando ela: a história da resistência feminina ao regime militar nos livros didáticos de História

Vanderlei Machado
Doutor em História
Professor do Colégio de Aplicação da UFRGS

Resumo: Nos últimos anos tem sido crescente o número de estudos que abordam a História da luta empreendida por mulheres contra o regime civil-militar instalado no Brasil entre 1964 e 1985. Estas pesquisas mostram que muitas mulheres tiveram uma presença ativa nas organizações de esquerda que montaram focos de guerrilha urbana e na tentativa de se instalar a luta armada no campo. Porém, o que se verifica ao folhear os livros didáticos de História do Ensino Médio, adotados nas escolas brasileiras, é que quase nenhuma referência é feita com relação à presença das mulheres na luta contra aquele regime autoritário. Após discorrer sobre os principais pontos abordados pelas obras coligidas, tratarei da fissura existente entre a produção acadêmica e o silêncio dispensado a essa História em sala de aula.

Palavras-chave: História das mulheres, livros didáticos de História e regime militar no Brasil

“[...] poderíamos nos perguntar: para que serve a história das mulheres? E a resposta viria simples: para fazê-las existir, viver e ser.”

Mary Del Priore

Este artigo é um recorte de um projeto de pesquisa que venho desenvolvendo no Colégio de Aplicação da UFRGS intitulado “A História das mulheres que os livros didáticos não contam”. Neste ano de 2008, uma série de eventos e publicações busca rememorar os acontecimentos que marcaram o ano de 1968, no Brasil e no mundo. Entre eles a movimentação política e cultural daquele ano que culminou com a

decretação do AI5 e seus desdobramentos na sociedade brasileira. Instigado por tais reflexões, busquei perceber como os livros didáticos de História, do ensino médio, têm abordado a participação das mulheres na luta contra o regime autoritário que se instalou no Brasil, a partir de 1964.

Na construção desta História, buscarei analisar um conjunto de livros didáticos de História, denominados livro do professor, distribuídos pelas editoras com a finalidade de influenciar na escolha do livro a ser adotado pela escola. Até o presente momento, tive acesso a 12 livros. Os 8 restantes não foram enviados pelas distribuidoras. Os livros, em sua grande maioria, foram publicados em 2005, na cidade de São Paulo.

Segundo o Catálogo do PNLEM/2008, entre os critérios utilizados na seleção dos livros de história está a necessidade deste material abordar “criticamente as questões de sexo e gênero”.¹ Apesar de não ter sido explicitado o que se estava entendendo por cada uma dessas categorias de análise, uma rápida folheada nos livros nos remete para o fato destes ainda não terem incorporado as discussões de gênero que vêm sendo elaboradas no campo da História, tanto nas universidades brasileiras quanto em instituições de outros países das Américas e Europa. O que se percebe nos últimos anos é uma lenta introdução da chamada História das Mulheres. Esta é publicada nos denominados “Box”, um espaço destacado da página, sem qualquer relação com o texto principal.

No material pesquisado, nos capítulos que tratam do período que vai do golpe civil-militar de 1964 até a campanha pelas “Diretas Já”, percebe-se uma centralidade da chamada história política e econômica. No geral, são destacados os eventos que antecederam o golpe, os governos militares, as crises ou o “milagre” econômico, a repressão à luta armada, o processo de abertura política, as greves do ABC paulista, a anistia e a chamada redemocratização. Nesta história, como procuraremos demonstrar, sobressai a figura masculina.

¹ Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica, 200. p. 15.

Entre as manifestações que contribuíram para a queda do governo de João Goulart, e que contaram com a participação de mulheres, Antonio Pedro e Renato Mocellin,² lembram que “movimentos femininos conservadores organizaram, no dia 19 de março, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Essa manifestação, conforme os autores, foi realizada em São Paulo e teve a participação maciça das classes média paulista.³

Se as mulheres que marcharam contra as reformas anunciadas por João Goulart foram mencionadas o mesmo não ocorre com aquelas que participaram das grandes manifestações contra o golpe e os governos militares. No livro de Flávio Campos, por exemplo, uma foto mostra duas mulheres, uma delas com a bandeira do Brasil em punho, que se colocam diante de soldados armados.⁴ Porém, estas não são mencionadas, foram descritas genericamente como “populares” que participaram de uma manifestação, no Rio de Janeiro, contra o golpe militar, em 1 de abril de 1964. Nas fotos da passeata dos “Cem mil”, ocorrida no Rio de Janeiro, no ano de 1968, muitas mulheres, de braços dados com homens, podem ser identificadas na multidão. Apesar delas estarem lá, nenhuma referência, no texto principal ou na legenda, é feita às mesmas. Tal silêncio é percebido em outras imagens de manifestações e passeatas que pediam o fim da ditadura.

As lutas do movimento estudantil contra a ditadura também são lembradas pelos autores e autoras. A imagem que prevalece nos textos analisados é a de que o movimento estudantil tinha um sexo e era masculino. Segundo a descrição feita por Flávio Campos: os estudantes que protestavam em 1977 eram “cabeludos, barbudos e inconformados”.⁵ Esta definição nos remete ao fato de que não é somente a utilização do termo “estudante” no masculino genérico que torna invisível a mulher. Na mesma página, em um texto destacado num “box”, intitulado “A repressão aos estudantes”, o mesmo autor faz referência a uma reunião ocorrida na PUC-SP, em setembro de 1977, na qual os estudantes discutiam os passos para a reorganização da UNE, quando agentes

² MOCELLIN, Renato. *História para o Ensino Médio*. São Paulo: IBEP, 2006. p. 456.

³ PEDRO, Antonio. *História do mundo ocidental*. São Paulo: FTD, 2005. p. 477.

⁴ CAMPOS, Flávio de & MIRANDA, Renan Garcia. *A escrita da História*. São Paulo: Escala Educacional, 2005. p. 576.

⁵ Idem. p. 606.

do DOI-Codi invadiram o local e prenderam 900 estudantes, espancaram dezenas de professores e alunos. A presença de mulheres neste encontro somente é denunciada pela informação de que “uma estudante teve seu rosto desfigurado” após a explosão de uma bomba de gás lacrimogêneo.⁶

Este silêncio com relação à participação feminina no movimento estudantil somente foi quebrado no livro de Mario Furley Schmidt quando o autor menciona que: “Contra os meninos e meninas do movimento estudantil, foram lançados homens armados até os dentes.”⁷ Ao longo do capítulo que trata da história da ditadura militar no Brasil são recorrentes as menções que o livro de Schmidt faz às “meninas”, “donas de casa” e “moças” que se manifestaram ou pegaram em armas contra a ditadura. Tais referências não evitam, no entanto, que o autor recorra ao masculino genérico em vários momentos de seu texto.

As fotos que ilustram os textos sobre o movimento estudantil também denunciam a presença de mulheres. No livro de Miryam Mota e Patrícia Ramos encontramos a imagem de uma manifestação estudantil, ocorrida na Avenida Borges de Medeiros, em Porto Alegre, em julho de 1968, contra a repressão policial e política do regime militar, que provocou a morte do estudante Edson Luís. Nesta é possível identificar moças carregando cartazes com frases de protesto.⁸ Porém, a legenda não destaca a participação das mesmas.

A tortura aplicada pelos agentes da repressão também foi descrita nas páginas dos livros escolares. Gilberto Cotrim informa, num box, que “durante a ditadura militar, a tortura foi utilizada em pessoas de todas as idades, sexo ou situação física e psicológica. Assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos.”⁹ Esta afirmativa, que é confirmada por uma bibliografia especializada, pode causar espanto em uma estudante mais atenta. Esta pode perguntar “mas por que torturar mulheres e

⁶ Idem. p. 606.

⁷ SCHMIDT, Mario Furley. *Nova História Crítica*. São Paulo: Editora Nova Geração, 2005. p. 740.

⁸ MOTA, Miryam Becho & BRAICK, Patrícia Ramos. *História das cavernas ao terceiro milênio*. São Paulo: Moderna, 2005. p. 159.

⁹ COTRIM, Gilberto. *História Global: Brasil e Geral*. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 562.

crianças?” Qual foi a participação delas na resistência ao regime militar? Apesar da ausência de informações objetivas sobre a participação feminina nas lutas travadas contra a ditadura militar, as descrições de torturas, presentes nos livros analisados, se referem em sua maioria aos suplícios aplicados aos corpos de mulheres e seus parentes.¹⁰

Os indícios da participação feminina na luta contra o regime militar no Brasil, presentes na maioria dos livros didáticos de História, através de fotografias e relatos de torturas, podem passar despercebidos de muitos professores e professoras das escolas brasileiras. Mesmo neste momento de rememoração, o que se percebe é uma reticência sobre este tema, tanto na academia quanto na mídia em geral. Recentemente a revista *Caros Amigos* publicou um conjunto de 12 fascículos abordando a ditadura militar no Brasil. Nos números 7 e 9, notadamente, foi publicada uma série de informações sobre a participação de mulheres na luta contra o regime militar, seja pegando em armas ou não. Em algumas fotos que ilustram as matérias é possível ver imagens de corpos dilacerados, de homens e mulheres, que foram mortos nos porões do regime.¹¹ Nas estantes das bibliotecas universitárias ainda são poucos os livros e Teses que abordam esse tema. Entre a bibliografia especializada, muitos livros estão esgotados. Diante desse quadro, esta é uma história ainda pouco contada.

A história que os livros didáticos não contam

A História da participação das mulheres na luta contra a ditadura, como buscou-se demonstrar, ainda está excluída dos livros didáticos de História. Isso resulta, em certa medida, de uma visão da história como sendo do homem o comando político e à mulher resta o privado. Conforme Ana Maria Colling, em seu livro *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*, invadir o espaço público, político e masculino, foi o que

¹⁰ Ver: MOTA, Miryam Becho & BRAICK, Patrícia Ramos. Opus cit. p. 162; CAMPOS, Flávio de & MIRANDA, Renan Garcia. Opus cit. p. 590.

¹¹ Coleção Caros Amigos. *A ditadura militar no Brasil: a história em cima dos fatos*. São Paulo: Editora Casa Amarela. 2007. Fascículo nº 7 e nº 9.

fizeram aquelas mulheres ao se engajarem em organizações de esquerda, clandestinas, para fazer oposição, juntamente com os homens, ao regime militar.¹²

As mulheres, é preciso que se diga, não se lançaram na ação política unicamente com o objetivo de derrubar o governo militar mas, também, em um projeto de transformação da sociedade brasileira para combater as injustiças e a miséria causada pela desigualdade social.¹³ Muitas militantes desconheciam, de fato, as dificuldades que elas teriam que enfrentar devido a sua militância.¹⁴

A **história oral** e a análise dos **processos judiciais militares** têm sido as fontes utilizadas por alguns/algumas estudiosos/as para dar visibilidade à presença feminina na militância política, nas organizações clandestinas de esquerda, no período em estudo. Porém outras fontes devem ser exploradas para ampliar o conhecimento que temos sobre o presente tema, tais como diários, jornais, cartas pessoais, romances, entre outras. A ampliação das fontes deve dar ainda visibilidade à atuação de camponeses e camponesas, operários e operárias, que combateram o regime militar.

Uma questão que tem sido percebida pela bibliografia relativa à participação feminina nas organizações que pegaram em armas contra o regime militar é que poucas foram as mulheres que ocuparam postos de comando nas organizações de esquerda. Porém, em sua militância muitas mulheres atuaram juntamente com seus companheiros de pichações, panfletagens, expropriações de bancos, seqüestros de avião, instalação de bombas e dando apoio logístico as ações dos grupos guerrilheiros, no campo e na cidade. Muitas vezes cabia a elas ainda os levantamentos de horários e deslocamentos de autoridades que seriam alvo de ações de seqüestro e expropriações.

A clandestinidade, a prisão e o exílio a que foram forçados, moças e rapazes, se constituía, assim como as seções de tortura, em uma grande violência pois os privava da presença de familiares e amigos, os obrigava abandonar seus cursos na faculdade e empregos.

¹² COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. p. 7.

¹³ Idem. p. 39.

¹⁴ FERREIRA, Elizabeth F. *Mulheres militância e memória*: Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986. p. 108.

Pais, mães e esposas dessas/desses militantes também eram afetados pela violência do regime e não pouparam esforços para tirar seus filhos e filhas das garras da repressão. Vários relatos nos mostram que muitos/as jovens não foram mortos nas prisões da ditadura graças à ação de mães que percorriam os órgãos de repressão atrás de informações de seus filhos e filhas. Não raro, estas eram alvo de insultos e agressões. Apesar disso, não foram poucas as mães e pais que choraram os filhos mortos e desaparecidos. O compositor Chico Buarque de Holanda relatou o sofrimento das mães de desaparecidos políticos na canção Angélica:

Quem é essa mulher
Que canta sempre esse estribilho?
Só queria embalar meu filho
Que mora na escuridão do mar
Quem é essa mulher
Que canta sempre esse lamento?
Só queria lembrar o tormento
Que fez meu filho suspirar
Quem é essa mulher
Que canta sempre o mesmo arranjo?
Só queria agasalhar meu anjo
E deixar seu corpo descansar
Quem é essa mulher
Que canta como dobra um sino?
Queria cantar por meu menino
Que ele já não pode mais cantar
Quem é essa mulher
Que canta sempre esse estribilho?
Só queria embalar meu filho
Que mora na escuridão do mar

A incorporação desta História das mulheres nos livros didáticos do ensino médio contribuirá para desconstruir a imagem de que as mulheres tiveram uma participação passiva durante este período traumático da história brasileira. Além disso, pode contribuir para que as estudantes e os estudantes possam ampliar os seu horizonte de expectativas percebendo que também no espaço público político devem atuar tanto os homens quanto as mulheres.

Bibliografia

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

COSTA, Albertina de Oliveira, (Et al). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu*, Campinas (SP) n. 8/9, p. 319-342, 1997, p.338.

PAIVA, Maurício. *Companheira Carmela*. Editora MAUAD, 1996.

PATARRA, Judith. *Iara: reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, 1996.

SARTI, Cynthia Andersen . O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, Vol. 12, n. 2, 2004, p. 35-50.

SIMOES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.

VIANNA, Martha. *Uma tempestade como sua memória: a história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.